

As coisas erradas

O GOVERNO FOI COMO QUE DESISTINDO DAS REFORMAS DE FUNDO, ACEITANDO QUEBRA-GALHOS E ATRASOS

CARLOS ALBERTO SARDENBERG

O vice-diretor do FMI, Stanley Fischer, disse que, se o governo e o Congresso brasileiros tivessem conseguido aprovar o programa fiscal uns três meses atrás, o pior teria sido evitado. Não teria havido a crise de confiança no ajuste, não teria ocorrido o ataque especulativo ao real, não teria havido a desvalorização abrupta.

Mas também se encontra o argumento, digamos, contrário. Se a desvalorização tivesse sido feita alguns meses atrás, quando o País tinha mais reservas, ela não teria saído tão atrapalhada.

Tenho procurado evitar o debate do tipo "como teria sido se tivesse sido diferente". Mas os que, por acaso, acompanham esta página sabem que eu considerava viável a estratégia do Plano Real, resumida em duas vertentes. Uma, a âncora cambial (o real amarrado ao dólar) mais a abertura externa, zerando a inflação e impondo-se às empresas nacionais um brutal choque de competitividade; na outra vertente, a revolução fiscal: as privatizações e reformas do setor público mais as reformas do setor privado (portos, por exemplo), de modo a reduzir o custo de produzir e exportar a partir daqui.

A primeira vertente era, obviamente, provisória – um choque inicial para derrubar a inflação – e também um desvio, enquanto se pavimentava a estrada principal, a do ajuste fiscal permanente. O desvio dependia também da abundância de capitais externos – e, quando estes sumiram, a estratégia entrou em cheque.

Mas qual foi o ponto essencial da história, a falta de capitais externos ou a falta da revolução fiscal? Não vamos colocar a questão em termos de mais ou menos três meses, mas é claro que a confiança na capacidade do governo FHC de realizar as grandes reformas se foi deteriorando ao longo do caminho.

A culpa? Em parte, é impessoal – o sistema político brasileiro, travado, que não permite a formação de maiorias programáticas. Entretanto, algumas reformas foram aprovadas, indicando que havia um caminho, ainda que estreito e acidentado.

E aqui vem a outra parte da culpa, que certamente cabe ao presidente Fernando Henrique Cardoso e aos colaboradores que aceitavam aquela estraté-

gia do Real. Há alguns meses, quando o governo praticamente abandonava o pacote fiscal do final do 1997 (o das 51 medidas), porque a situação externa se acalmara e o País voltava a receber capitais externos, eu comentava aqui que FHC estava abandonando a estratégia reformista e optando pelo "desenvolvimentismo já". Admito que a expressão não seja boa e esclareço que não é pejorativa. A idéia é mostrar a opção de acelerar imediatamente o crescimento econômico com mais gasto público e mais exportação e produção interna, o que, obviamente, exigiria, num determinado momento, a desvalorização mais acentuada do real. A opção requer, portanto, mais tolerância com o déficit público e com a inflação.

Diz-se que foi uma estratégia eleitoral, ou eleitoreira, um desvio momentâneo de FHC para ganhar o segundo mandato. Não deve ter sido isso ou só isso. O presidente, sociólogo, político experiente, conhecedor dos meandros das pesquisas de opinião, sabia que sua popularidade estava ancorada na inflação zero.

Assim, de duas, uma: ou o presidente se convenceu de que a inflação zero estava garantida e já se podia mudar o rumo; ou se convenceu de que, naquelas circunstâncias, não dava mesmo para avançar mais no ajuste e nas reformas, de modo que era obrigatório mudar de curso. De todo modo, percebia-se que o governo, ao longo do tempo, foi como que desistindo das reformas de fundo, aceitando quebra-galhos e atrasos.

Mas, se decidiu mudar de curso, o presidente demorou a fazê-lo – ou porque havia eleições, ou a crise da Rússia, ou o

episódio do grampo. E aconteceu que a ambigüidade que havia em seu governo – ministros e pessoal de primeiro escalão se opondo ostensivamente à política econômica oficial – ficou cada vez mais evidente.

O "mercado", a política, a imprensa – todos, pouco a pouco, se foram convencendo de que ia mesmo mudar. Assim, quando o governo FHC se atrasou na CPMF, o Congresso derrotou pela quarta vez a contribuição dos inativos e governadores, até mesmo da situação, se manifestaram mais ou menos ostensivamente contra o ajuste, a coisa degingolou de vez. Ataque ao real, desvalorização.

Mas, por uma dessas ironias da história, quando vieram a crise e o temor de que tudo afundasse, governo e Congresso correram a votar tudo o que haviam perdido.

De onde se conclui que está equivocada a idéia colocada por Fischer, no início deste artigo. Não se pode garantir que a crise teria sido

evitada se o Congresso tivesse votado três meses antes.

Mas pode-se dizer que o Congresso só votou, e depressinha, por causa da crise. E aqui temos outra chance.

Esta crise não vai acabar tão logo. Mesmo que o governo e o FMI acertem direitinho a sequência da desvalorização, passaremos os próximos meses debatendo com inflação e recessão, sem contar as oscilações do dólar.

O temor de que tudo possa afundar estará no ambiente – e vale aquela velha história de que crises são oportunidades. E, de fato, todo o País já discute como sair do embrulho.

Infelizmente, porém, os te-

mas fortes são desvios que o País vem adotando ao longo das duas últimas décadas para escapar de fazer a coisa certa.

Fala-se de moratórias (interna ou externa), centralização do câmbio, fechamento da economia, gatilho salarial, indexação, tudo que o País vem fazendo desde o início dos anos 80 e, obviamente, não deu certo para a maioria da população.

Fizemos duas moratórias da dívida externa nos anos 80 – e tudo o que conseguimos foi perder crédito no cenário internacional. O fato de estarmos de novo com esse assunto à mesa é culpa dos especuladores ou de nossa incapacidade de arrumar as contas?

Fala-se de moratória da dívida interna do governo. Também já se fez, de maneira explícita, no Plano Collor, e de maneira indireta ao longo do processo de inflação crônica. Ao adiar e atrasar pagamentos, o governo impunha uma perda a seus credores, funcionários ou empreiteiras.

Se a idéia de moratória aparece de novo, é por causa dos especuladores ou porque, depois de tantos calotes, o setor público continua sem controlar suas contas?

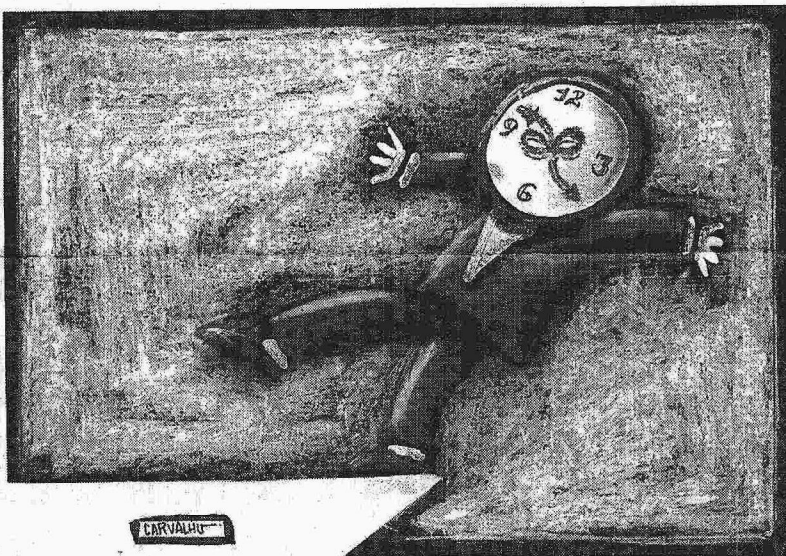
Em resumo, mesmo depois da trombada da desvalorização, os problemas essenciais continuam sendo o excessivo gasto de pessoal das prefeituras e governos estaduais, o excessivo custo da Previdência pública em todos os níveis de governo, a injustiça salarial no setor público (com teto de Primeiro Mundo e piso de África), a ineficiência dos portos e das estradas (que encarecem a exportação) e, sobretudo, o sistema tributário, que alimenta a ineficiência pública e sufoca a produção.

O que se votou até aqui, mesmo no calor do medo, foi um desvio muito do vagabundo. As contas estão sendo acertadas por mais impostos e impostos reconhecidamente ruins. O déficit da Previdência foi minimamente reduzido, mas um novo sistema continua necessário. Ou seja, falta fazer tudo na direção dos fundamentos da economia nacional.

Quanto tempo um país leva para aprender? Moratórias, calotes, fechamento do País, proteção, inflação, indexação, tudo já fizemos e não funcionou. Não seria o caso de tentar algo que não se fez?

Não seria essa a coisa certa?

O sistema tributário alimenta a ineficiência pública e sufoca a produção



CARVALHU

■ Carlos Alberto Sardenberg é jornalista
E-mail: sarden@itanet.com.br